

PRÁTICAS INCLUSIVAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: A ATUAÇÃO MEDIADORA DO PROFESSOR COM ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

INCLUSIVE PRACTICES IN SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICES: THE MEDIATING ROLE OF THE TEACHER WITH STUDENTS WITH DOWN SYNDROME

PRÁCTICAS INCLUSIVAS EN SERVICIOS EDUCATIVOS ESPECIALIZADOS: EL ROL MEDIADOR DEL DOCENTE CON ESTUDIANTES CON SÍNDROME DE DOWN



10.56238/sevened2026.004-026

Flavianne Melo Curã Braga

Mestranda em Educação

Instituição: Universidade Federal de Catalão

E-mail: flavicura@gmail.com

Ângela Ribeiro Machado

Licenciada em Pedagogia

Instituição: Faculdade de Caldas Novas (UNICALDAS)

E-mail: angelaribeiromachado902gmail.com

RESUMO

Neste estudo, apresenta-se uma revisão sobre pesquisas que retratam práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas por docentes do AEE com alunos com Síndrome de Down. A pesquisa partiu do seguinte questionamento: Quais e como práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas por docentes que atuam no AEE tem contribuído no processo de aprendizagem de alunos com Síndrome de Down em escolas públicas brasileiras? Partindo dessa questão, objetiva-se identificar as práticas pedagógicas inclusivas realizadas por professores no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e compreender se elas em contribuído no processo de aprendizagem de alunos com Síndrome de Down, entre 2015 e 2025, e no contexto das escolas da rede pública brasileira. Para isso, dispõe-se da metodologia da revisão sistemática de literatura (RSL). Após ser feito um levantamento no Google Acadêmico e Periódicos da Capes foram selecionados 24 estudos para apresentação, análise e discussão dos resultados. Conclui-se que a inclusão de estudantes com Síndrome de Down depende diretamente de práticas pedagógicas intencionais, do uso adequado de Tecnologias Assistivas e da mediação qualificada dos professores, tanto no ensino regular quanto no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Recursos como Comunicação Aumentativa e Alternativa, materiais imagéticos, dispositivos tecnológicos, jogos e atividades lúdicas mostraram-se altamente eficazes para ampliar a comunicação, a autonomia, a interação social e o desenvolvimento cognitivo. De forma convergente, as pesquisas apontam que adaptações curriculares, organização do espaço, planejamento colaborativo e acompanhamento individualizado são fatores essenciais para garantir a participação e o progresso desses estudantes no ensino regular.

Palavras-chave: Síndrome de Down. AEE. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

This study presents a review of research that portrays inclusive pedagogical practices developed by teachers in Specialized Educational Services (AEE) with students with Down syndrome. The research started from the following question: What inclusive pedagogical practices developed by teachers working in AEE have contributed to the learning process of students with Down syndrome in Brazilian public schools, and how? Based on this question, the objective is to identify the inclusive pedagogical practices carried out by teachers in Specialized Educational Services (AEE) and to understand if they have contributed to the learning process of students with Down syndrome between 2015 and 2025, in the context of Brazilian public schools. For this, the methodology of systematic literature review (SLR) was used. After a search in Google Scholar and CAPES Journals, 24 studies were selected for presentation, analysis, and discussion of the results. It is concluded that the inclusion of students with Down syndrome depends directly on intentional pedagogical practices, the appropriate use of assistive technologies, and qualified teacher mediation, both in regular education and in Specialized Educational Services (AEE). Resources such as Augmentative and Alternative Communication, visual materials, technological devices, games, and playful activities have proven highly effective in enhancing communication, autonomy, social interaction, and cognitive development. Convergingly, research indicates that curricular adaptations, space organization, collaborative planning, and individualized support are essential factors to guarantee the participation and progress of these students in regular education.

Keywords: Down Syndrome. AEE. Pedagogical Practices.

RESUMEN

Este estudio presenta una revisión de investigaciones que describen las prácticas pedagógicas inclusivas desarrolladas por docentes de Servicios Educativos Especializados (SEE) con estudiantes con síndrome de Down. La investigación se basó en la siguiente pregunta: ¿Qué prácticas pedagógicas inclusivas desarrolladas por docentes de SEE han contribuido al proceso de aprendizaje de estudiantes con síndrome de Down en escuelas públicas brasileñas y cómo? Con base en esta pregunta, el objetivo es identificar las prácticas pedagógicas inclusivas llevadas a cabo por docentes de SEE y comprender si han contribuido al proceso de aprendizaje de estudiantes con síndrome de Down entre 2015 y 2025, en el contexto de las escuelas públicas brasileñas. Para ello, se utilizó la metodología de revisión sistemática de la literatura (RSL). Tras una búsqueda en Google Académico y revistas de CAPES, se seleccionaron 24 estudios para la presentación, análisis y discusión de los resultados. Se concluye que la inclusión de estudiantes con síndrome de Down depende directamente de prácticas pedagógicas intencionales, el uso adecuado de tecnologías de apoyo y la mediación docente cualificada, tanto en la educación regular como en SEE. Recursos como la Comunicación Aumentativa y Alternativa, materiales visuales, dispositivos tecnológicos, juegos y actividades lúdicas han demostrado ser altamente eficaces para mejorar la comunicación, la autonomía, la interacción social y el desarrollo cognitivo. En conjunto, las investigaciones indican que las adaptaciones curriculares, la organización del espacio, la planificación colaborativa y el apoyo individualizado son factores esenciales para garantizar la participación y el progreso de estos estudiantes en la educación regular.

Palabras clave: Síndrome de Down. AEE. Práticas Pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down é amplamente estudada no campo da genética, da saúde e da educação inclusiva. Seu entendimento evoluiu ao longo das últimas décadas, especialmente após a descoberta de sua causa cromossômica. Do ponto de vista biológico, Jerome Lejeune (1959), geneticista responsável pela identificação da causa da Síndrome de Down, descreve a condição como resultado da trissomia do cromossomo 21, isto é, a presença de uma cópia adicional desse cromossomo nas células. Essa alteração genética implica um conjunto de características físicas e cognitivas que podem se manifestar em graus variados. A contribuição de Lejeune (1959) foi decisiva para consolidar a compreensão científica da síndrome como uma condição genética e não como um estado patológico adquirido.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2011) a Síndrome de Down trata-se de uma condição genética que afeta o desenvolvimento global do indivíduo. Segundo a entidade, as pessoas com trissomia 21 apresentam diferenças no desenvolvimento motor, cognitivo e fisiológico, mas possuem potencial de aprendizagem e desenvolvimento quando inseridas em ambientes estimulantes e acessíveis.

Até meados do século XX, prevaleciam discursos fortemente influenciados pelo evolucionismo e pelo darwinismo social, que legitimavam práticas de segregação e institucionalização. Antes da compreensão genética da trissomia do cromossomo 21, predominavam concepções depreciativas, associando-as à incapacidade absoluta. Essa perspectiva produziu exclusão social, isolamento em instituições e uma visão patologizada da diferença. Com o avanço das ciências da saúde e das lutas sociais pelos direitos humanos, a compreensão da Síndrome de Down passou a enfatizar sua natureza genética, não patológica, compreendendo-a como uma condição que implica especificidades cognitivas e motoras, mas não determina o potencial de desenvolvimento da criança (Paniago, 2015).

O paradigma da integração, dominante até os anos 1990, admitia a presença de crianças com deficiência na escola regular, desde que estas se adaptassem ao sistema. Já a inclusão escolar, fundamentada em documentos internacionais como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), propõe a transformação da escola para que ela seja capaz de receber todas as crianças, eliminando barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais. A Constituição Federal de 1988 representou um marco fundamental ao reafirmar direitos sociais, combater discriminações e garantir o acesso à educação para todos, incluindo atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino.

Posteriormente, a LDB 9.394/1996 consolidou a Educação Especial como modalidade transversal e determinou o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a formação adequada de professores e a garantia de recursos pedagógicos para estudantes com deficiência. O Decreto 6.571/2008, reafirmou a prioridade do AEE na rede regular, e o Decreto 7.611/2011, revogou o anterior restabelecendo o financiamento para

escolas especiais. Conforme Paniago (2015), essa mudança gerou tensões políticas entre defensores da inclusão plena e instituições filantrópicas de educação especial, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), demonstrando que o campo educacional brasileiro permanece em disputa entre concepções mais inclusivas e modelos ainda segregadores. O atendimento a crianças de 0 a 6 anos — incluindo aquelas com deficiência — tornou-se política pública somente após os anos 1990).

Na perspectiva da educação inclusiva, Mantoan (2006) destaca que a Síndrome de Down deve ser compreendida dentro do campo da diversidade humana. Para a autora, a deficiência intelectual associada à trissomia 21 não pode ser vista como limitação absoluta, mas como um aspecto que evidencia a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de eliminação de barreiras atitudinais. A autora defende que o desenvolvimento educacional depende das oportunidades oferecidas, e não simplesmente da condição genética.

Para Sassaki (2010) é mister compreender a Síndrome de Down dentro do modelo social da deficiência. Para o autor, a deficiência não reside exclusivamente no indivíduo, mas nas barreiras impostas pelo meio. Ele enfatiza que as pessoas com Síndrome de Down possuem capacidades e potencialidades que podem ser plenamente desenvolvidas quando recebem apoio adequado, tanto no âmbito educacional quanto social.

Sob o enfoque do desenvolvimento infantil, Gardner, Shank e Taylor (2012) sustentam que crianças com Síndrome de Down percorrem as mesmas etapas do desenvolvimento que crianças típicas, porém em um ritmo mais lento. Para esses autores, a intervenção precoce, estimulando aspectos cognitivos, motores e sociais, é decisiva para favorecer o desenvolvimento e ampliar a autonomia. Dessa forma, observa-se que os autores convergem ao afirmar que a Síndrome de Down é uma condição genética que resulta em diferenças no desenvolvimento, mas não impede o progresso e a aprendizagem.

Diante da função crucial do educador-mediador para o desenvolvimento de práticas pedagógicas colaborativas neste artigo, a proposta é responder ao seguinte questionamento: Quais e como práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas por docentes que atuam no AEE tem contribuído no processo de aprendizagem de alunos com Síndrome de Down em escolas públicas brasileiras?

Partindo dessas questões, o objetivo é identificar as práticas pedagógicas inclusivas realizadas por professores no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e compreender se elas em contribuído no processo de aprendizagem de alunos com Síndrome de Down. Para isso, foi realizada uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), tendo como base de dados o *Google Acadêmico* (23) e o *Periódico da Capes* (1). A pesquisa foi realizada em novembro de 2025, quando foram selecionados 24 trabalhos, dos quais (10) artigos e (14) monografias e dissertações, estudos que retratam práticas pedagógicas inclusivas em diversas regiões do Brasil. Os resultados serão apresentados e discutidos neste texto.

O presente estudo está organizado em quatro seções: I – Introdução e apresentação da temática (justificativa, problema de pesquisa, objetivos); II – Método; III – Análise e discussão dos resultados – distribuídos em três categorias (Educação Básica; Ensino Fundamental I e II; Educação Infantil); IV – Considerações finais.

2 MÉTODO

A Revisão Sistemática da Literatura (RSL) tem se destacado no campo da Educação como uma estratégia metodológica fundamental para a produção de novos conhecimentos. Diversos estudos que empregam a RSL vêm sendo publicados, reforçando a importância de basear a prática docente em evidências científicas sólidas e sistematizadas (Lopes Junior, 2020; Mendes; Pereira, 2020; Pinto; Boscarioli; Cappelli, 2018). Desse modo, a RSL possibilita o acesso a um conhecimento organizado sobre uma temática específica e contribui para a identificação de lacunas que podem orientar o desenvolvimento de futuras pesquisas científicas.

Entre os diferentes tipos de revisão de literatura, a RSL apresenta-se como uma metodologia que busca assegurar imparcialidade e reprodutibilidade, valendo-se de protocolos previamente definidos para responder a uma pergunta específica do pesquisador, a qual orienta todo o processo investigativo (Melo et al., 2023, p. 2).

No campo educacional, ainda é necessária maior divulgação e adoção da RSL como recurso para promover uma prática pedagógica fundamentada em evidências (Ramos; Faria; Faria, 2014). Autores como Briner e Denyer (2011, 2012), Gough et al. (2012), Halcomb e Fernandez (2015), Ramos e Faria (2012), Ramos, Faria e Faria (2014), Saur-Amaral (2011) e Tranfield e Mouchel (2002) propõem cinco etapas principais para a realização de uma RSL: (1) planejamento da pesquisa; (2) localização dos estudos conforme o objetivo proposto; (3) avaliação das contribuições dos estudos selecionados; (4) análise e síntese das informações; e (5) apresentação dos resultados.

O presente estudo foi guiado pela seguinte questão central: Quais práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas por docentes que atuam no AEE tem contribuído no processo de aprendizagem de alunos com Síndrome de Down em escolas públicas brasileiras? Para respondê-la, realizou-se uma busca por artigos na plataforma Google Acadêmico e nos Periódicos da Capes, no mês de novembro de 2025, empregando-se os termos: “*Síndrome de Down*” AND “*AEE*” AND “*Práticas Pedagógicas*”. Para a seleção dos estudos, adotaram-se os seguintes critérios de inclusão:

- a) disponibilidade gratuita para download;
- b) textos em língua portuguesa;
- c) recorte temporal entre 2015 e 2025;
- d) pesquisas que abordam o desenvolvimento de práticas pedagógicas realizadas em conjunto com o professor de AEE;

- e) metodologias como estudos de caso, relatos de experiência e pesquisas documentais e estudos bibliográficos.
- f) investigação direcionada a turmas de Educação Básica;
- g) pesquisas realizadas em escolas públicas.

Como critérios de exclusão, foram considerados:

- a) estudos referentes a outras modalidades de ensino;
- b) pesquisas realizadas fora do território brasileiro;
- c) investigações em instituições privadas;
- d) trabalhos incompletos;
- e) publicações fora do recorte temporal;
- f) textos em outros idiomas;
- g) trabalhos duplicados;
- h) *Download* não gratuito.

A primeira busca no *Google Acadêmico* foi realizada em 2 de novembro de 2025, utilizando os descritores combinados: “*Síndrome de Down*” AND “*AEE*” AND “*Práticas Pedagógicas*”, com recorte entre 2015 e 2025 e filtragem para publicações em língua portuguesa. Inicialmente, foram identificados 73 trabalhos, selecionados a partir da leitura dos títulos e palavras-chave. O procedimento de busca foi repetido nos dias 14 e 27 de novembro, confirmando os mesmos resultados. A partir desse conjunto, iniciou-se a etapa de seleção e catalogação dos dados.

A triagem dos artigos envolveu a leitura dos títulos, das palavras-chave e dos resumos dos 73 estudos encontrados. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, (50) trabalhos foram descartados pelos seguintes motivos: tratar de outras modalidades de ensino (22), estarem incompletos ou indisponíveis para download (10), corresponderem a território externo ao brasileiro (3), não retratarem práticas pedagógicas (15). Assim, foram selecionados (10) artigos e (14) monografias e dissertações que compuseram o corpus de análise.

No Portal Periódicos da Capes foram realizados os mesmos procedimentos, nas respectivas datas. Foi encontrado apenas (1) estudo, sendo ele um artigo que foi selecionado para compor o corpus de análise.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para melhor compreensão, os resultados foram organizados em três categorias, a fim de delimitar o estudo, apresentados e descritos a seguir.

3.1 CATEGORIA 1: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS REALIZADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA BRASILEIRA

O estudo intitulado *Tecnologia assistiva aplicada como metodologia de ensino para alunos com Síndrome de Down* destaca a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como suporte essencial para a inclusão escolar, fornecendo recursos de acessibilidade e estratégias alinhadas às necessidades específicas dos alunos. Nesse contexto, o professor desempenha papel central como mediador, exigindo formação continuada para selecionar e aplicar adequadamente os recursos tecnológicos. Evidenciou-se, ainda, que ambientes educacionais inclusivos, flexíveis e equipados são fundamentais para garantir adaptações curriculares que respeitem o ritmo e as particularidades dos estudantes com deficiência intelectual, favorecendo sua plena participação no cotidiano escolar.

De acordo com Costa e Braga (2021) a Tecnologia Assistiva (TA), especialmente por meio da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), oferece recursos eficazes para favorecer a comunicação, expressão e compreensão de alunos com Síndrome de Down. Constatou-se que esses alunos apresentam limitações na memória auditiva de curto prazo, mas possuem maior habilidade visual, o que torna os recursos imagéticos — como símbolos PCS, PIC e Blissymbols — altamente eficientes no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, dispositivos como vocalizadores, softwares educativos e pranchas de comunicação destacaram-se por ampliar a autonomia, a interação social e o desenvolvimento cognitivo das crianças atendidas.

Fontes e Sousa (), ao realizar uma pesquisa em uma escola da rede pública em Alto do Oeste (RN), observaram que a professora responsável pelo Atendimento Educacional Especializado elabora o Plano de AEE de forma individualizada, considerando as dificuldades e potencialidades de cada aluno com Síndrome de Down. A organização do atendimento segue critérios padronizados pela rede estadual, contemplando objetivos, seleção de materiais, estratégias de acessibilidade e reestruturação contínua do plano. Constatou-se também que a atuação da professora ocorre em diálogo constante com docentes da sala regular e equipe pedagógica, reforçando a compreensão de que o AEE não substitui o ensino comum, mas o complementa e suplementa, trabalhando áreas como comunicação, desenvolvimento cognitivo, raciocínio lógico, psicomotricidade e aspectos socioemocionais.

Além disso, a pesquisa identificou que a docente utiliza recursos tecnológicos, jogos pedagógicos e materiais adaptados como estratégias favorecedoras do desenvolvimento dos alunos atendidos. Uma experiência exitosa destacada foi o uso de aulas on-line durante a pandemia, nas quais o uso de slides, vídeos, gifs, plataformas interativas e a participação ativa das famílias potencializou a aprendizagem de estudantes com Síndrome de Down. Também se constatou que o trabalho colaborativo entre escola e família, aliado à formação continuada da professora, contribui

significativamente para a evolução acadêmica, social e comunicativa desses alunos, reafirmando o papel essencial do AEE no processo inclusivo.

Em Goiás, Freitas (2025) analisa a prática docente no processo de inclusão escolar no município de Valparaíso de Goiás, destacando que os professores reconhecem a importância da educação inclusiva, mas ainda enfrentam limitações estruturais e formativas para efetivá-la. Os dados indicam que a maioria dos docentes atua com compromisso e busca adaptar suas práticas pedagógicas, porém relata dificuldades relacionadas à insuficiência de materiais acessíveis, à falta de apoio especializado contínuo e à necessidade de maior formação específica para lidar com diferentes tipos de necessidades educacionais especiais. Essas evidências revelam que, embora haja avanços, as condições objetivas de trabalho ainda não são plenamente favoráveis para garantir um processo inclusivo de qualidade.

Segundo a autora as escolas do município vêm ampliando suas ações voltadas à inclusão, mas de forma desigual e nem sempre articulada a políticas de acompanhamento sistemático das práticas docentes. Os participantes da pesquisa destacam que a presença de profissionais de apoio, como intérpretes, cuidadores e equipes multiprofissionais, ainda é insuficiente, o que impacta diretamente o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Além disso, observa-se que o planejamento colaborativo e a formação continuada são necessidades recorrentes, evidenciando que a consolidação da inclusão depende tanto do engajamento individual dos professores quanto de investimentos institucionais mais consistentes.

Em outro estudo realizado no Rio Grande do Norte, este em Mossoró, Aquino (2017), destaca que os professores participantes resignificaram suas práticas pedagógicas ao trabalhar com alunos com Síndrome de Down, desenvolvendo maior sensibilidade, flexibilidade e capacidade de adaptação metodológica. De acordo com a autora, as narrativas dos dois professores entrevistados demonstram que a experiência prévia, os valores pessoais e a disposição para aprender com o próprio aluno foram fatores determinantes para a construção de práticas inclusivas. Estratégias como uso de imagens, estímulos sensoriais, atividades curtas, adaptação do ritmo de trabalho, mudanças na forma de registrar e avaliar, e a utilização de materiais concretos mostraram-se fundamentais para favorecer a participação e o progresso do estudante com Síndrome de Down.

Além disso, os resultados apontam que a inclusão efetiva depende não apenas da atuação individual do professor, mas também de uma cultura escolar que acolha a diversidade e promova apoio colaborativo. Os docentes destacaram a importância do diálogo com a turma, da parceria com o AEE e da necessidade de mudanças estruturais no currículo para contemplar as especificidades dos alunos com deficiência. As experiências vividas reforçam que a inclusão se fortalece por meio de pequenas ações diárias, adaptações planejadas e posturas pedagógicas que valorizam as potencialidades dos alunos, contribuindo para sua aprendizagem, socialização e permanência na escola regular.

Paniago (2015), constatou em sua pesquisa que, embora exista no discurso oficial uma forte defesa da educação inclusiva, a prática educacional ainda revela predominância de modelos integracionistas. As escolas regulares demonstram dificuldades estruturais, pedagógicas e formativas para acolher plenamente a criança com Síndrome de Down, o que mantém a dependência de instituições filantrópicas, como as APAEs, especialmente no que diz respeito à educação precoce e ao atendimento especializado. As análises mostram que permanecem vivos os paradigmas de exclusão do passado, que se expressam na falta de preparo docente, na carência de equipes multiprofissionais e na permanência de práticas escolares tradicionais, limitando a efetividade das políticas de inclusão.

Os resultados apontam ainda que, apesar dos avanços legislativos e das mudanças históricas no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência intelectual, o processo de inclusão ainda se encontra em transição. A pesquisa conclui que a legislação brasileira não utiliza o termo “Síndrome de Down”, enquadrando essas crianças na categoria de “deficiência intelectual”, o que reforça debates sobre identidade, representatividade e práticas de acolhimento no ambiente escolar. Identificou-se, ainda, que a inclusão depende de investimentos políticos, culturais e formativos, além da transformação de mentalidades, de forma a construir uma educação verdadeiramente inclusiva.

Araújo (2019), ao realizar sua pesquisa em duas escolas regulares de ensino comum, tendo como participantes duas crianças diagnosticadas com Síndrome de Down, que iniciaram a pesquisa com quatro e concluíram com cinco anos de idade, e suas respectivas professoras de sala regular, constatou que as mediações pedagógicas contínuas e intencionais foram o principal fator que possibilitou maior participação e acessibilidade curricular às crianças com Síndrome de Down. Estratégias como posicionar a criança próxima à professora, garantir atenção e compreensão das instruções, oferecer materiais necessários, apoiar nas habilidades motoras e cognitivas e resgatar o que foi realizado mostraram-se altamente eficazes para promover engajamento e aprendizagem. Além disso, práticas como compartilhar atividades, sentar-se ao lado da criança, propor brincadeiras dirigidas e livres, utilizar jogos e favorecer interações em grupo contribuíram para a ampliação da autonomia, da comunicação e da participação ativa nas atividades escolares.

Em contrapartida, a pesquisa evidenciou que mediações pontuais, descontinuadas ou com foco apenas em ocupar a criança resultaram em menor envolvimento e em dificuldades persistentes, como baixa interação, pouca comunicação oral e dificuldades no uso convencional de materiais escolares. Também foi observado que a prática pedagógica mais efetiva aconteceu quando houve planejamento, organização adequada do espaço e dos materiais e intencionalidade no acompanhamento durante toda a atividade, do início ao fim. De modo geral, os achados reforçam que a qualidade das interações e a postura ativa do professor são determinantes para garantir acessibilidade curricular desde a Educação Infantil, assegurando experiências significativas não apenas às crianças com SD, mas a toda a turma.

3.2 CATEGORIA 2: AS POTENCIALIDADES DE APRENDIZAGEM EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS REALIZADAS COM ESTUDANTES COM SÍNDROME DE DOWN DO ENSINO FUNDAMENTAL I E II

Melo (2015), ao buscar identificar estudar os fatores que contribuem para a inclusão e a aprendizagem de uma aluna com Síndrome de Down, numa turma do primeiro ano do Ensino Fundamental I, de uma escola da rede estadual de ensino, na cidade de Natal/RN, verificou que a inclusão e a aprendizagem da aluna com Síndrome de Down foram favorecidas principalmente pelo trabalho colaborativo entre escola e família, pelas relações positivas estabelecidas com a professora e os colegas e pela vivência cotidiana no ambiente escolar, que impulsionou avanços sociais, comportamentais e acadêmicos.

Constatou-se, contudo, que práticas pedagógicas tradicionais e pouca utilização de recursos diferenciados limitaram o potencial de aprendizagem da aluna, revelando a necessidade de maior flexibilização curricular e de formação continuada dos professores para uma atuação inclusiva mais efetiva. Apesar dos desafios, o estudo mostrou que a inclusão promove benefícios amplos — tanto para a aluna quanto para toda a comunidade escolar — reforçando a importância do compromisso institucional e familiar na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Freitas (2025), ao analisar os efeitos de intervenções educacionais personalizadas no processo de alfabetização de uma criança com síndrome de Down, deficiência intelectual, apraxia da fala, e diminuição da acuidade visual e auditiva em uma escola da rede pública de Itabirito – MG, identificou avanços significativos no processo de alfabetização da criança participante, especialmente no desenvolvimento da consciência fonológica, na relação entre som e grafema e na evolução de sua hipótese de escrita.

Ao longo das intervenções, observou-se maior capacidade de identificar sons iniciais e finais, segmentar palavras, reconhecer letras e utilizar vocabulário significativo para construir escritas mais próximas da pauta sonora. Houve também melhorias no traçado das letras, na organização espacial da escrita e no engajamento com atividades de leitura e produção textual mediadas por recursos visuais, sonoros e multissensoriais. Ao final do processo, a criança avançou do nível pré-silábico para a hipótese silábica com valor sonoro, demonstrando que intervenções pedagógicas personalizadas, sistemáticas e alinhadas às suas necessidades sensoriais, cognitivas e motoras são determinantes para a apropriação do sistema de escrita e para sua participação ativa nas práticas de leitura e escrita.

Em sua pesquisa Santos (2018), constatou que, embora haja esforços para favorecer a inclusão de estudantes com Síndrome de Down nas escolas rurais de Goiana/PE, ainda persistem obstáculos significativos relacionados à formação docente, à falta de adequações curriculares e à insuficiência de apoio pedagógico. A análise das entrevistas e observações mostrou que muitos professores sentem insegurança para trabalhar com esses alunos e que a ausência de práticas sistematizadas compromete

o avanço da aprendizagem. Também se verificou a necessidade de maior articulação entre docentes do ensino regular e profissionais do AEE, bem como a importância da reorganização do espaço da sala e do uso de atividades pedagógicas adaptadas. Os resultados reforçam que a inclusão efetiva depende não apenas da existência de leis, mas da consciência, sensibilidade e preparo da comunidade escolar para promover uma educação realmente inclusiva.

Já no município de São João do Triunfo (PR), Nadolny e Silva (2015) apontam que o Atendimento Educacional Especializado destinado a crianças com Síndrome de Down concentra-se em quatro escolas municipais de ensino fundamental e um centro de educação infantil, revelando uma estrutura já estabelecida para esse público. O estudo identificou as principais características das crianças atendidas e mapeou seus espaços de escolarização, evidenciando que, embora exista oferta de suporte, a prática docente ainda tende à homogeneização, o que limita a construção de propostas pedagógicas realmente inclusivas. Assim, destaca-se a necessidade de um planejamento educacional mais individualizado, com uso adequado de recursos didáticos que respondam às necessidades específicas dessas crianças, fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem.

Num estudo que investiga o processo de inclusão de uma estudante com Síndrome de Down no âmbito de uma escola pública do município de Capanema-PA Melo et al (2023), constataram que a inclusão da aluna com Síndrome de Down no 5º ano ocorre por meio de um trabalho coletivo entre professores, gestão, família e profissionais do AEE, porém ainda enfrenta desafios relacionados à comunicação, autonomia e ritmo de aprendizagem da estudante. As observações revelaram que, apesar de a escola dispor de sala de recursos multifuncional e equipe especializada, o processo de inclusão exige adaptações constantes, acompanhamento individualizado e práticas pedagógicas centradas nas necessidades da aluna. Constatou-se ainda que o envolvimento da equipe escolar, aliado a intervenções planejadas e ao uso de recursos acessíveis, favorece o desenvolvimento cognitivo, motor e social, reforçando a importância de profissionais capacitados e de um ambiente escolar organizado para garantir uma inclusão efetiva.

Dantas (2022), em sua pesquisa realizada em Caíco - RN observou que, embora a Escola Estadual Vilagran Cabrita dispusesse de boa estrutura física e recursos pedagógicos voltados à inclusão, a ausência de um profissional responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) impede o funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais, comprometendo a efetivação plena da inclusão. Mesmo diante dessa limitação, observou-se que a aluna com Síndrome de Down é acolhida pela comunidade escolar e recebe apoio constante da professora titular e da auxiliar, que realizam adaptações nas atividades e utilizam materiais concretos, jogos e estratégias diversificadas para favorecer sua aprendizagem. Constatou-se, ainda, desafios relacionados à formação docente e à dispersão da aluna durante algumas atividades, reforçando a necessidade de maior investimento em capacitação profissional e no fortalecimento do suporte especializado.

Em estudos distintos, nos quais os autores (Freitas, 2018; Faria e Silva, 2020; Jesus, 2023; Souza, 2025; Vasconcelos, 2025), desenvolveram práticas pedagógicas inclusivas voltadas à estudantes do Ensino Fundamental II, relacionadas aos conteúdos destas disciplinas, de um modo geral, eles destacam que as práticas desenvolvidas contribuem ao evidenciar metodologias inclusivas capazes de favorecer a aprendizagem de alunos com Síndrome de Down, como uso de imagens, vídeos e atividades colaborativas. Também reforçaram a importância do planejamento pedagógico adaptado e da organização do ambiente para atender à diversidade presente nas aulas de (Inglês; Ciências da Natureza; Matemática e Geografia). Além disso, as pesquisas mostraram a necessidade de reflexão docente e formação continuada, revelando lacunas que impactam diretamente a efetivação da inclusão no ensino interdisciplinar.

3.3 CATEGORIA 3: AS POTENCIALIDADES DE APRENDIZAGEM EM PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS REALIZADAS COM ESTUDANTES COM SÍNDROME DE DOWN DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cintra et al (2015), em estudo no qual buscaram analisar os subsídios da ludicidade no processo de ensino e aprendizagem de crianças com Síndrome de Down, apontam que as práticas lúdicas contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento global das crianças com Síndrome de Down investigadas, favorecendo especialmente aspectos cognitivos, motores e socioemocionais. As atividades propostas ampliaram a atenção, a capacidade de resolução de problemas e a interação com os colegas, mostrando que o brincar estruturado se tornou uma estratégia eficaz para estimular a aprendizagem e fortalecer a autonomia no cotidiano escolar. Além disso, a pesquisa evidenciou que o uso de materiais e dinâmicas lúdicas potencializou a participação ativa das crianças nas rotinas escolares, promovendo maior engajamento nas atividades planejadas. Observou-se também que a mediação do professor, aliada ao caráter motivador do lúdico, criou um ambiente mais inclusivo, favorecendo a comunicação, a expressão e o desenvolvimento das habilidades sociais, tornando o processo educativo mais significativo e acessível.

Souza e Silva (2015), ao analisar como o lúdico pode contribuir para o ensino de crianças com Síndrome de Down no contexto do Atendimento Educacional Especializado – AEE, evidenciam que o uso do lúdico como instrumento pedagógico no Atendimento Educacional Especializado favorece significativamente o desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down. A pesquisa mostra que atividades baseadas em jogos, brincadeiras, dança e outras linguagens expressivas estimulam avanços na linguagem, na interação social e na afetividade, tornando o processo de aprendizagem mais prazeroso e significativo. Além disso, o lúdico possibilita que o professor trabalhe habilidades motoras, cognitivas e simbólicas, respeitando o ritmo e as especificidades de cada criança.

Outro aspecto importante é que a prática docente mediada pelo lúdico fortalece a autonomia, a participação ativa e o engajamento das crianças no contexto escolar. Ao incorporar atividades planejadas e adequadas às necessidades dos alunos, o professor cria um ambiente inclusivo que favorece tanto a socialização quanto o desenvolvimento psicomotor e emocional. Assim, o estudo conclui que o lúdico não é apenas uma atividade complementar, mas um recurso essencial para potencializar a aprendizagem e promover a inclusão efetiva de alunos com Síndrome de Down no AEE.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos estudos evidencia que a inclusão de estudantes com Síndrome de Down depende diretamente de práticas pedagógicas intencionais, do uso adequado de Tecnologias Assistivas e da mediação qualificada dos professores, tanto no ensino regular quanto no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Recursos como Comunicação Aumentativa e Alternativa, materiais imagéticos, dispositivos tecnológicos, jogos e atividades lúdicas mostraram-se altamente eficazes para ampliar a comunicação, a autonomia, a interação social e o desenvolvimento cognitivo. De forma convergente, as pesquisas apontam que adaptações curriculares, organização do espaço, planejamento colaborativo e acompanhamento individualizado são fatores essenciais para garantir a participação e o progresso desses estudantes.

Também se constatou que a formação continuada, o engajamento docente e o trabalho conjunto entre professores, famílias e equipes multiprofissionais são determinantes para práticas inclusivas consistentes. Apesar dos avanços, persistem desafios estruturais e pedagógicos, como insuficiência de materiais acessíveis, ausência de profissionais especializados, práticas tradicionais pouco adaptadas e fragilidades na articulação entre ensino regular e AEE. No conjunto, os estudos reforçam que a efetivação da inclusão requer investimentos institucionais, mudança de mentalidades e ações pedagógicas sistemáticas que valorizem as potencialidades dos estudantes com Síndrome de Down em todos os níveis da educação básica.

De modo geral, os resultados revelam aspectos positivos importantes, como o fortalecimento da autonomia dos estudantes, o aumento da participação nas atividades escolares e o impacto das estratégias diferenciadas no avanço cognitivo e comunicativo. No entanto, também emergem aspectos negativos e lacunas significativas, incluindo a precariedade de infraestrutura, a ausência de profissionais do AEE em algumas escolas, o uso ainda limitado de metodologias inclusivas e a insegurança docente frente às especificidades da deficiência intelectual. Além disso, a falta de continuidade nas práticas pedagógicas, a desarticulação entre família e escola em determinados contextos e a dependência de iniciativas individuais dos professores revelam que a inclusão ainda não está plenamente consolidada. Esses elementos indicam a necessidade urgente de políticas mais

robustas, apoio institucional consistente e formação especializada para superar desigualdades e garantir uma educação significativa.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Shirleyanne Santos. **Estratégias didáticas junto a alunos com Síndrome de Down na escola básica**. 2017. Artigo (Especialização em Atendimento Educacional Especializado) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2017.
- ARAÚJO, Mariane Andreuzzi de. **Práticas pedagógicas na Educação Infantil frente à acessibilidade curricular de crianças com Síndrome de Down**. 2019. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF:Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394/1996 e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 18 set. 2008.
- BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 18 nov. 2011.
- COSTA, Claudia Maria da. **Tecnologia assistiva aplicada como metodologia de ensino para alunos com Síndrome de Down**. 2021.
- CINTRA, Rosana Carla; VEIGA, Elaine Cristina; OLIVEIRA, Allyne Nunes. As contribuições do lúdico no processo de desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down na educação infantil. **Horizontes**, v. 33, n. 2, 2015.
- DANTAS, Rosa Maria Rodrigues. **A inclusão de uma aluna com Síndrome de Down de uma turma do 2º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Vilagran Cabrita (Caicó-RN)**. 2022. Artigo (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ensino Superior do Seridó, Caicó, 2022.
- FONTES, Edileide da Silva. **Atendimento Educacional Especializado no contexto das escolas públicas: uma análise sobre a contribuição do AEE no desenvolvimento de alunos com Síndrome de Down**. 2024.
- FREITAS, Wilma Lúcia Luiz de. A prática docente na inclusão de alunos com Síndrome de Down no município de Valparaíso de Goiás–Go. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 8, p. 2042-2052, 2025.
- FREITAS, Rafaela Flávia de. **Alfabetização de criança com síndrome de Down e deficiência intelectual: intervenções educacionais para o favorecimento do processo de apropriação da escrita**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025.
- LEJEUNE, Jérôme. Les chromosomes humains en culture de tissus. **Comptes Rendus Hebdomadaires des Séances de l'Académie des Sciences**, Paris, v. 248, p. 602-603, 1959.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MELO, Oriana Laurentina da Silva. **A inclusão escolar de uma aluna com síndrome de Down: um estudo de caso.** 2015. 80 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Natal, 2015.

MELO, Arlen Maia de; MAIA, Rosalva do Rosário; NEVES, Ciane Silva. Dificuldades de aprendizagem de uma aluna com síndrome de Down: estudo de caso do 5º ano, no município de Capanema-PA. *Revista Cocar*, Belém, ed. esp., n. 16, p. 1-16, 2023.

NADOLNY, Maria Fernanda Ferreira; SILVA, Sandra Salette de Camargo. O atendimento educacional especializado aos alunos com Síndrome de Down: em foco São João do Triunfo–Paraná. In: **I Encontro Anual de Iniciação Científica da Unespar.** 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **World Report on Disability.** Geneva: World Health Organization, 2011.

PANIAGO, Lucas Rodrigues. **O lugar da criança com Síndrome de Down nas políticas de inclusão social no Brasil, sob a perspectiva da educação.** 2015.

SANTOS, Erivan Alves dos. **A inclusão do estudante com Síndrome de Down: um olhar sobre as práticas pedagógicas em escola no município de Goiana/PE.** 2018. Monografia (Licenciatura em Pedagogia – Educação do Campo) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, João Pessoa, 2018.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no cotidiano.** Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SOUZA, Daniella Bezerra Feitosa Barbosa de; SILVA, José Affonso Tavares. **Contribuições do lúdico para o ensino de crianças com Síndrome de Down no contexto do AEE.** GT 6 – Educação, Inclusão, Gênero e Diversidade. *Anais do Evento (S/D).*

SOUSA, Alessandro Diniz. **A inclusão de alunos com Síndrome de Down: um estudo sobre o ensino de Ciências da Natureza.** 2025.

SILVA, Mônica de Faria. **O ensino de matemática para crianças com síndrome de Down: saberes teóricos e práticos nas séries iniciais do ensino fundamental.** 2020.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien, 1990.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação: necessidades educativas especiais.** Salamanca: UNESCO, 1994.